

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.045 - SP (2019/0273867-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN**
ADVOGADO : **JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA - SP103745**
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 431/432):

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ENTIDADE BENEFICENTE. DESEMBARAÇO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES. IMUNIDADE. II. IPI. PIS. COFINS. ART. 150, VI, "C" E ART. 195, DA CF/88. REQUISITOS DOS ARTS. 9º, IV e 14 do Código Tributário Nacional; 12 da Lei nº 9.532/97; e 55, da Lei nº 8.212/91, ALTERADA PELAS LEIS nº 9.732/98 e 12.101/2009. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. JURISPRUDÊNCIA DO STF E DESTA TRIBUNAL.

1. Os requisitos formais para o gozo da imunidade podem, perfeitamente, ser veiculados por lei ordinária, sem qualquer ofensa ao art. 146, II, da Constituição Federal (RE nº 636.941).

2. Os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º da Constituição Federal, ao mencionarem que as entidades de assistência social devem cumprir os requisitos da lei, referem-se aos artigos 9º, IV e 14 do Código Tributário Nacional; 12 da Lei nº 9.532/97; c 55, da Lei nº 8.212/91, alterada pelas Lei nº 9.732/98 e Lei nº 12.101/2009, nos pontos onde não tiveram declaradas sua inconstitucionalidade.

3. A impetrante é associação de caráter beneficente, social, científico e cultural, sem fins lucrativos, tendo por missão promover o desenvolvimento da atividade social nos campos da assistência médico-hospitalar (inclusive a beneficentes carentes), do ensino e da pesquisa, conforme previsão de seu estatuto social.

4. Foram cumpridos os requisitos exigidos com exceção das alíneas

c, d e / do art. 12 da Lei nº 9.532/97, ou seja, manutenção de

escrituração de receitas e despesas na forma da lei, a comprovação da origem de suas receitas e efetivação de suas despesas, bem como o recolhimento da contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como dos incisos III, IV e VI do art. 29 da Lei n.º 12.101/2009.

5. Os certificados de entidade de fins filantrópicos somente são exigidos no caso das contribuições sociais, e não no dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 8.212/91.

6. Não comprovado, na via mandamental, o cumprimento de todos os requisitos legais, não há como reconhecer o direito à imunidade referente ao II, ao IPI, ao PIS e à COFINS da impetrante.

7. Apelação desprovida. Pedido de efeito suspensivo ativo prejudicado.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 448/458).

No recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 9º e 14 do Código Tributário Nacional, 24 da Lei nº 12.101/2009, e 150, VI, c, da Constituição Federal, além de dissídio jurisprudencial.

Em suas razões, sustenta, além da existência de divergência jurisprudencial, que: (I) *"a apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é suficiente para comprovação do direito líquido e certo ao reconhecimento da imunidade pleiteada"* (fl. 466); (II) as Súmulas 7/STJ e 279/STF são inaplicáveis ao caso dos autos, pois a hipótese não trata de reexame, mas sim de valoração das provas dos autos.

Parecer do Ministério Público pelo prosseguimento do feito, deixando de enfrentar a questão do mérito do recurso, ante a ausência de interesse público que o justifique. (fls. 685/689).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A presente irresignação não prospera.

Inicialmente, impende ressaltar que, em recurso especial, não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 150, VI, c, da Constituição Federal.

Por outro lado, quanto à tese referente à configuração do direito líquido e

certo no mandado de segurança impetrado, melhor sorte não acorre a agravante. A uma, porque a parte recorrente não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nesse diapasão: **AgRg no AREsp 157.696/SC**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 22/11/2012; **AgRg nos EDcl no Ag 1.289.685/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2010.

A duas, porque a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em regra, a apreciação da existência ou não de direito líquido e certo amparado por Mandado de Segurança não tem sido admitida em Recurso Especial, pois exige reexame de matéria fático-probatória.

Nesse sentido, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ART. 1º DA LEI 12.016/2009. ANÁLISE DE QUESTÃO FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE DE LEI LOCAL. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 280/STF.

1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de permitir a participação de agente penitenciário em estágio probatório no curso de formação da Polícia Militar.

2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, via de regra, a apreciação da existência ou não de direito líquido e certo amparado por Mandado de Segurança não tem sido admitida em Recurso Especial, pois exige reexame de matéria fático-probatória.

3. Não se pode analisar o argumento de que o Poder Executivo estadual não poderia criar direitos sem previsão legal, porquanto seria necessária a análise de legislação local (Leis Complementares 413/2007 e 68/2002 do Estado de Rondônia; Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Rondônia - Decreto-Lei 9-A/1982; Estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia - Lei 76/1993), o que é obstado em Recurso Especial, por analogia, nos termos da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário." 4. *Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 489.363/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 20/06/2014).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ART. 1º DA LEI 1.533/51. ANÁLISE DE QUESTÃO FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO DE LINHA DE PREAMAR. NOTIFICAÇÃO DE INTERESSADOS. ART. 11 DO DECRETO-LEI 9.760/46.

1. A ausência de debate, na instância recorrida, sobre os dispositivos legais cuja violação se alega no recurso especial atrai, por analogia, a incidência da Súmula 282 do STF.

2. A análise de violação do art. 1º da Lei nº 1.533/51, quanto à existência ou não de direito líquido e certo ensejador de impetração de mandado de segurança, pressupõe reexame da matéria fático-probatória, o que não pode ser feito no âmbito do recurso especial, ante o óbice estabelecido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. A teor do art. 11 do DL 9.760/46, a intimação dos interessados no procedimento de demarcação da linha de preamar deve ser pessoal para os interessados certos — assim entendidos os acessíveis, cuja identidade e cujo endereço sejam conhecidos — e por edital, modalidade sempre excepcional de cientificação, para os interessados incertos, seja quanto à identidade, seja quanto ao domicílio (REsp. 550146/PE, 1ª T., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 05.12.2005) 4. No caso dos autos, segundo registrou o acórdão a quo, "mera convocação genérica não se presta a atender a regra em questão, uma vez que o imóvel consta do Registro Geral de Imóveis, de onde se pode extrair os dados necessários para o respectivo endereçamento pessoal".

5. Recurso especial, parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

(REsp 653.607/ES, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 05/06/2008).

No mais, no tocante ao preenchimento dos requisitos autorizadores para a obtenção da imunidade tributária, assim consignou o aresto recorrido (fl. 428):

In casu, foram cumpridos os requisitos exigidos com exceção das alíneas c, d e/do art. 12 da Lei n.º 9.532/97, ou seja, manutenção de escrituração de receitas e despesas na forma da lei, a comprovação da origem de suas receitas e efetivação de suas despesas, bem como o recolhimento da contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como dos incisos III, IV e VI do art. 29 da Lei n.º 12.101/2009.

Superior Tribunal de Justiça

Importante, também, esclarecer que os certificados de entidade de fins filantrópicos somente são exigidos no caso das contribuições sociais, e não no dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 8.212.

Assim não demonstrada, na via mandamental, o preenchimento de todos os requisitos exigidos não há como admitir a imunidade tributária da impetrante.

Dos trechos acima destacados, depreende-se que o recurso especial não merece trânsito, porquanto a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem no sentido de que a ora recorrente não teria comprovado os requisitos necessários à obtenção da imunidade tributária, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator